

## Filosofar entre os arquipélagos: Filosofia Africana da Educação

Luís Carlos Ferreira dos Santos  
Professor do Departamento de Educação (UEFS)  
lcsantos@uefs.br

### *Resumen:*

El artículo Filosofar entre archipiélagos: filosofía africana de la educación busca problematizar el imaginario reductor persistente en la filosofía brasileña de la educación. A partir de esta afirmación, se lanza la siguiente pregunta: ¿cómo puede la filosofía de la educación fecundar y ampliar el imaginario? La filosofía brasileña de la educación se expresa, sobre todo de forma institucional, a partir de las perspectivas indoeuropea y, más recientemente, americana. Por lo tanto, a partir de la primera pregunta llegamos a otra: ¿seremos capaces de cambiar el imaginario de la educación brasileña negando la discusión en torno a las identidades?

*Palabras clave:* Filopoética, Filosofías africanas, Poética de la relación, Imaginario, Filosofía de la educación.

### *Resumo:*

O artigo filosofar entre arquipélagos: filosofia africana da educação busca problematizar o imaginário reductor persistente na filosofia da educação brasileira. A partir dessa afirmação, se lança a seguinte questão: como a filosofia da educação pode fecundar e ampliar o imaginário? A filosofia da educação brasileira expressa-se, em sua maioria, de maneira institucional, a partir das perspectivas indo-europeias e mais recentemente estadunidense. Portanto, a partir da primeira pergunta chegamos em uma outra questão: seremos capazes de mudar a imaginação da educação brasileira negando a discussão em torno das identidades?

*Palavras chave:* Filopoética, Filosofias africanas, Poética da Relação, Imaginário, Filosofia da Educação.

### *Abstract:*

The article Philosophizing among archipelagos: African philosophies of education seeks to problematize the reductive imaginary persistent in the Brazilian philosophy of education. Based on this statement, the following question is raised: how can the philosophy of education fecundate and amplify the imaginary? The Brazilian philosophy of education expresses itself, mostly in an institutional way, from the Indo-European and, more recently, the American perspectives. Therefore, from the first question we arrive at another question: will we be able to change the imagination of Brazilian education by denying the discussion around identities?

*Keywords:* Philopoetics, African Philosophies, Poetics of Relation, Imaginary, Philosophy of Education.

### *Introducción*

Em 2003, depois de lutas e reivindicações dos movimentos negros, foi publicada a lei 10.639, que instituiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira e, cinco anos mais tarde, esta lei é alterada para a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que insere a “História e Cultura afro-brasileira e indígena”. À luz dessas leis podemos afirmar que estamos juridicamente respaldados acerca da disputa pelo diverso. Entretanto, além do aspecto jurídico, é imprescindível a disputa por outros campos simbólicos pelo direito de existir. Neste sentido, a problematização do imaginário redutor, que se fortalece e legitima pela epistemologia da transparência, a qual produz o outro à luz de si mesmo, tem como consequência a barbárie do igual. Neste aspecto, problematizar a imaginação é um caminho necessário para provocar o imaginário redutor persistente na filosofia da educação brasileira, pois tem como caminhos mobilizadores a disputa pela imagem para uma melhor percepção da interpretação e produção de realidades.

A problematização em que este diálogo se insere está na disputa de imaginários, no entanto, retomando o primeiro questionamento, como a filosofia da educação pode fecundar e ampliar o imaginário? A filosofia da educação brasileira expressa-se, em sua maioria, de maneira institucional, a partir das perspectivas indo-europeias e mais recentemente estadunidense (SEVERINO, 2011; LUCKESI, 2011; SANTOS, 2014). A ausência ou a tentativa de combate de outros imaginários na produção da filosofia da educação no Brasil, se configura como a negação do estatuto ontológico dos grupos humanos racializados e subalternizados historicamente neste espaço. A construção das imagens ancoradas em outras memórias para a produção narrativa do discurso em filosofia, em um país dominado pelo imaginário do racismo, é uma “recusa em morrer” (SANTOS, 2019). É a possibilidade de recuperar a memória com a finalidade de disputar um conhecimento, neste caso, de produzir uma narrativa acerca da filosofia desde os arquipélagos em África e na afrodíaspóra. É pela disputa da memória, e para que os conhecimentos afrodiaspóricos estejam na deriva da memória oficial, que se problematiza a fecundação e a ampliação do imaginário na filosofia da educação. Não é coincidência que a imaginação política da discussão sobre as filosofias africanas nos institutos de filosofia no Brasil seja um debate recente e ainda muito tímido.

*Imaginário colonizado como desafio para o filosofar*

A ausência do diverso na filosofia, em geral, e na filosofia da educação, em particular, evidencia tanto a negação aos saberes e conhecimentos africanos e latino-americanos quanto o combate à existência destes sujeitos na participação deste território. É um aniquilamento no plano simbólico e físico. É um combate ontológico ao pertencimento, sendo esta uma expressão do epistemicídio (TORRES, 2010; RAMOSE, 2011; CARNEIRO, 2005) e semiocídio cultural (SODRÉ, 1988).

O modo como a colonialidade se perpetua na filosofia está no fato dela partir apenas de uma origem e uma paisagem cultural para o filosofar em território brasileiro. O objetivo em dialogar desde a perspectiva do hemisfério sul, na interface com as filosofias africanas e a filopoética, tem a finalidade de transgredir a armadilha do etnocentrismo epistemológico (colonialidade do saber) e o relativismo cínico contemporâneo.

A filosofia marcada pelo projeto epistemológico da linearidade, essência e homogeneidade é uma representação da transparência do mesmo.

Filosofar entre arquipélagos negros/africanos compreende o epistemicídio e no semiocídio cultural como dois abismos políticos e epistemológicos no fazer filosófico da nossa paisagem, primeiro latino-americano e, por conseguinte, negro-africano brasileiro, que se reinventaram a partir da lógica injusta do colonialismo e sua insistência pela colonialidade. O epistemicídio comete o semiocídio cultural negando o que é manifesto, o revelado: “o continente latino-americano é uma indústria indígena (em primeiro lugar!) e africana (a posteriori)” (OLIVEIRA, 2007, p. 185).

O racismo epistêmico tem como finalidade política o não reconhecimento do outro como humano. E fortalece a espacialidade unicultural na abordagem filosófica. A relação dos efeitos da colonialidade na América Latina tem seus desdobramentos entre a política (poder), a epistemologia (saber) e a ontologia- ética (ser). O racismo epistemológico é uma ação estrutural e sistemática aos africanos e seus descendentes e aos latino-americanos. Sendo assim, as filosofias africanas são a tradução da luta de afirmação ontológica dos afrodescendentes

A luta pela legitimidade e a dúvida da existência da filosofia africana é uma metáfora da afirmação do ser humano africano. A existência do ser humano está implicada com a sua experiência. Entretanto, o pensamento moderno europeu, fundamentado desde a religião cristã (fê) e o conhecimento (razão), questionou “o estatuto ontológico de seres humanos africanos” (RAMOSE, 2011, p.7). A partir desta construção argumentativa foi defendida a partir do

“ideologismo” que a filosofia não existia na África, pelo fato de sua população não ser de seres humanos e nem possuir experiência. Tendo como objetivo a conquista do poder, através de um argumento pretensamente universal, fundamentado pelo giro da transparência e da totalidade arbitrária. A partir da chave de leitura do epistemicídio e do semiocídio cultural justifica-se a importância de povoar o imaginário da paisagem filosófica brasileira.

### *Filosofia africana*

As filosofias africanas são essas paisagens que possibilitam o povoamento do imaginário da filosofia da educação brasileira. Elas movimentam outras paisagens na disputa pela pluralidade de vozes do discurso filosófico brasileiro, neste aspecto, esta é uma disputa que identifique na interface com a educação como a recusa em ser morto, que se faz com a ampliação dos imaginários, como uma prática imprescindível para a manutenção da partilha do arquivo do “Todo-o-Mundo” (GLISSANT, 2009).

A urgência de filosofar entre arquipélagos é pelo direito de viver. A disputa pelo imaginário diverso se dá pela recusa em ser morto, portanto, esta disputa é pela vida. A liberdade é o destino de educar colocada pela temporalidade das filosofias africanas e pelo espaço das paisagens da poética da relação. A experiência negro-africana, interpretada pelos discursos filosóficos das africanidades, apresenta como ponto comum, desde o seu território, a busca pela liberdade. O paradigma liberdade está presente tanto no pensamento negro da diáspora (Pan-africanismo, o *Harlem Renaissance*, *Légitime Défense*, a *Negritude*) quanto na filosofia africana, recuperando esta univocidade: a liberdade.

Primeiro, a luta pela existência, a disputa da saída do “não-ser” da história; depois, do abismo da não humanidade, a luta pela superação do abismo da opressão e da condenação (i)legítima do Estado. A experiência do abismo coloca os negros da diáspora e os africanos na busca por liberdade.

A discussão em torno da filosofia africana compreendida pelo filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha (2004) tem a luta pela independência e a busca pela liberdade como horizonte de ação. Neste aspecto, o fazer filosófico se inscreve com a necessidade de responder as questões do seu tempo e do seu lugar. E o problema enfrentado pelo moçambicano, no livro *Filosofia Africana: das independências às liberdades*, é o sentido que a população moçambicana precisará produzir com o país independente, uma vez que, após as independências africanas é necessário disputar as liberdades políticas. Como diz o referido

autor: “Cada época, cada civilização e cada geração define um objetivo que, a seus olhos, constitui a sua própria contribuição para a história dos homens” (NGOENHA, 2004, p. 74).

Filosofar entre os arquipélagos: filosofia africana, filopoética e educação parte desta tradição e disputa a liberdade no chão da educação. O debate filosófico africano e afrodiaspórico percorre as trilhas das libertações. A busca por liberdade, neste caso, configura-se como uma utopia para criar e disputar mundos. A luta por liberdade nos arquipélagos negros, disputa imaginários com a finalidade de reivindicar o direito à existência. Essa luta tem como propósito a saída da ordem do não-ser da história, a descolonização do ser, a conquista de si mesmo, a liberdade de ser si mesmo com o outro. E esta busca por si mesmo dá-se no fluxo e refluxo da força dos coletivos, dos movimentos, dá-se desde a poética das relações.

### *Filosofar entre os arquipélagos*

Se a filosofia africana constitui o destino ético, com a liberdade, o filosofar entre os arquipélagos é a possibilidade da materialização da imaginação para alcançar tal finalidade, é a morada da estética. A filosofia dos arquipélago é a resposta oferecida pelo filósofo, ensaísta e poeta Édouard Glissant (2011) como caminho de superação e crítica à dominação monocolonialista. Neste aspecto, a poética da relação pode ser considerada anticolonial e contramoderna.

Os arquipélagos são definidos por Glissant como estes postos de vigia. Os arquipélagos, a junção deles, permitem a visão do “Todo-o-Mundo”, esse é a totalidade realizada dos dados conhecidos e desconhecidos do universo. A totalidade-mundo é constituída dos arquipélagos, que, por sua vez, é formado por paisagens, que são como categorias do sendo, conduz para além de si-mesmo e faz conhecer o que está em nós. As paisagens vivem e morrem em nós e conosco. É possível você frequentar uma paisagem antes de ter ido a ela.

A discussão do pensamento arquipélago tem sua contraposição estabelecida pelo pensamento continente, que possui apenas uma paisagem como imagem. O “pensamento continental, que desvela em diásporas os esplendores do Uno. Pensamento arquipelágico, onde se concentra a infinita variação da diversidade. Mas a aliança entre eles está ainda por vir” (GLISSANT, 2014, p. 219).

O pensamento de continente fundamentou a violência monocolonial e a perpetuação da violência contemporânea. Nos bairros de latas e nos guetos das pequenas cidades, funciona a violência da miséria e da lama, mas existe, também, a raiva inconsciente e desesperada de não

se “comprender” o caos do mundo. Está em potência e em ato a recusa em morrer na crítica e superação do poder de matar. Os dominadores, mais uma vez, tiram o partido do caos, enquanto os oprimidos desesperam-se com ele (GLISSANT, 2011).

O pensamento de arquipélago estabelece a discussão acerca da identidade no pensamento de Glissant. A identidade deixa de ser mera permanência, mas é variável. O pensamento de identidade enquanto raiz única (pensamento continental), forjada no mistério sagrado da raiz, busca o refúgio generalizante do universal enquanto valor. A identidade compreendida enquanto sistema de relação (pensamento arquipélago), como “dar-se com”, entende-se como, inversamente, uma forma de violência que contesta o universal generalizante e que tanto mais requer a severa exigência das especificidades.

A identidade pode ser resumida como a identidade-raiz única (pensamento continente), fundada em uma visão, é santificada pela violência oculta de uma filiação, é ratificada pela pretensão à legitimidade, que permite a uma comunidade, neste caso, a ocidental moderna, proclamar o seu direito à posse da terra, que se torna, assim, território. É preservada, através da projeção em outros territórios que se tornam legítimos conquistar – e pelo projeto de um saber.

A identidade-raiz fundamenta o pensamento de si e do território. A outra possibilidade é a identidade-Relação (pensamento arquipélago), ela está ligada a uma vivência contraditória e consciente dos contatos entre culturas. A identidade constitui-se na trama caótica da relação e se afasta da violência oculta da filiação e da lógica da legitimidade. Não concebe a terra como um território, de onde se projete para outros territórios, mas um lugar onde a lógica é o “darcom” em vez de apenas “compreenderem-se”. A identidade-relação exulta no pensamento da errância e do enraizamento. A identidade-raiz única (pensamento continente) desenraizou o sagrado com o massacre das comunidades indígenas e africanas. A partir dessa experiência, a terra das Antilhas torna-se um território em terra rizomada-errante.

Glissant é um autor que percorre as circunstâncias do mundo. E um dos conceitos apresentados que sustenta o movimento do arquipélago é a relação, a qual se aproxima da cumplicidade relacional. Todavia, para que isto ocorra, as culturas precisam estar em valores equivalentes.

A metáfora dos arquipélagos na construção do pensamento de Édouard Glissant marca a perspectiva do diverso em sua disputa pela criação dos imaginários. O arquipélago é o que possibilita a multiplicidade, marca a unidade e, conseqüentemente, a possibilidade da relação com o “Todo-o-Mundo”.

O arquipélago diferencia-se do conceito de continente e de ilha. O arquipélago não tem a perspectiva de sínteses impostas com continente e ele, isto é, não está isolado, não é uma ilha, mas um conjunto de ilhas. Glissant discute no livro *O pensamento do Tremor*, no tópico Ilhas e Arquipélagos, o Caribe. Ele é definido como um rodopio, uma embriaguez do pensamento e julgamento, existe uma necessidade do turbilhão e do encontro, e da concordância de vozes.

O pensamento do arquipélago é engajado na diversidade originária, na crítica à genealogia e na multiplicidade comum. Glissant deslocou a perspectiva conceitual da ontologia da identidade. A ontologia da relação é a política no pensamento glissantiano. E o arquipélago é fundamental para esse entendimento, uma vez que ele não é simplesmente o espaço, pois primeiro é imaginário. A filosofia do arquipélago é um dos corações do pensamento de Glissant. As paisagens, no pensamento de Glissant, caracterizam a geopoética, uma poética do lugar. A cultura como localização que singulariza o lugar e possibilita o diálogo com a totalidade mundo. No arquipélago, está presente a discussão do território e do espaço. Para pensar essa discussão, podemos trazer como referência o trabalho *O Terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*, de Muniz Sodré (2002), em que este autor faz uma distinção entre o espaço e o território que nos valerá na disputa de sentidos na recusa em morrer.

O espaço territorial, de acordo com Sodré (2002), está ligado intrinsecamente com a redefinição da cidadania de qualquer indivíduo da chamada “periferia colonizada” do mundo. A discussão em torno do espaço territorial provoca o alcance dessa cidadania. É o arquipélago. E o terreiro e a cidade provocam essa discussão no pensamento social brasileiro, uma forma social negro-brasileira disputando sentidos.

Sodré (2002) afirma que não existe, em grego, uma palavra para dizer “espaço”. Em Demócrito, vê-se o espaço como o lugar de uma infinidade de átomos indivisíveis. E essa concepção de átomos remete a Heidegger, pois quem cria o espaço é o lugar, que é um modo de ser no mundo. O espaço é um conceito e não vivência imediata. O território coloca a dimensão da identidade. Segundo Sodré (2002, p. 23), “uma coisa é, portanto, o espaço – sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo pode ocupar qualquer lugar –, outra é o território”. O território é o movimento de horizonte da relação com o real.

O espaço da Martinica, assim como o brasileiro, é constituído de territórios. E, nesse sentido, a produção literária, desde o arquipélago, consiste em inventar caminhos de libertações. O arquipélago é uma das possibilidades de diálogo com o todo-o mundo, por ser um espaço constituído de narrativas, histórias e culturas. O arquipélago instaura a relação. A relação não é sinônima de diluição. O “Todo-o-Mundo” é o lugar da relação entre as zonas de vizinhanças,

estas são um estado permanente e indiferenciado. A vizinhança é o lugar indefectível, ou incontornável e aberto. E a zona é um “campo vibrante de imantação” (GLISSANT, 2014, p. 136). O “Todo-o-Mundo” é “essa abertura, de lugar em lugar, todos igualmente legitimados, e cada um deles em vida e conexão com todos os outros, e nenhum deles redutível ao que quer que seja, é o que informa o Todo-o-Mundo” (GLISSANT, 2014, p.

### *Filopoética do educar*

A filopoética do educar intenta dialogar com a produção do imaginário, a partir do pensamento de Édouard Glissant (2011) e das filosofias africanas. O diálogo dá-se na produção de conceitos e no objetivo de fecundar a imaginação. O que seria a disputa por imaginário desde o arquipélago, de estar habitado por suas paisagens e partir desta imaginação em relação com o “todo-mundo”. Ela tem como característica a renovação do imaginário, na busca de superar a mentalidade arbitrária e totalitária, e, por conseguinte, reforçar a política de povoamento do imaginário diverso.

Neste sentido, ela traz o entendimento de um conhecimento forjado pelas suas paisagens, pelo tremor e trepidação do mundo. Segundo Norvat: “La philopoétique d’Édouard Glissant est la manifestation de son perspectivisme” (NORVAT, 2015, p. 13). O que se infere com a sua manifestação, enquanto perspectivismo, é a multiplicidade do real. A busca pela totalidade da realidade é um sonho enganador. A multiplicidade de mundos é a característica presente na filopoética pela recusa da totalidade/identidade arbitrária e única, ela navega, portanto, em mar revolto em disputa por um imaginário descolonizado, entre a visibilidade e o obscuro, entre a transparência e a opacidade.

Na filopoética, há o imperativo e o desejo da Relação em movimento, todavia, a relação em pausa tem a obstinada vontade do mesmo. A ausência de uma Relação em liberdade das diversas perspectivas filosóficas da educação brasileira evidencia a negação aos conhecimentos ameríndios e africanos no Brasil, portanto, isto evidencia a naturalização do não lugar de cidadania (SANTOS, 2014).

Para não recair na armadilha de uma filosofia da educação cuja modelagem de pensamento seja fundamentada na transparência, na lógica do pensamento de continente, que se defende a filopoética como possibilidade do educar, engajado na abertura do mundo, para a multiplicidade e “encantamento do humano” (UNGER, 2000) e do mundo. Pois é no diverso, na diferença, que a existência é exaltada.



O imaginário presente na educação brasileira: o “deixar morrer e fazer morrer”, ou seja, a necropolítica (MBEMBE, 2018), atualiza o apagamento da memória e o desencantamento da vida. A vida desencantada é habitada pela narrativa do “grotesco”. (SODRÉ, 2002).

Uma vida sem memória e desencantada é um território sem imaginação (RICOEUR, 2007; 2016). A imaginação é o plano de imanência por excelência para a filopoética do educar. A partir dela se pode reconstruir o passado para se inventar paisagens no presente.

Mas não é qualquer imaginação, são aquelas pouco habitadas, as que foram diabolizadas pela narrativa da colonialidade. Se intenta adentrar as paisagens esquecidas do imaginário brasileiro. Segundo Gislene Aparecida dos Santos (2002), o negro foi “inventando” no Brasil à luz “das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.” Neste aspecto é salutar partir de um horizonte daqueles que foram “os condenados da terra” (FANON, 2005).

Pois estes vivem com o abismo de ser aniquilado desde os tempos de agora.

O terror como descrito no abismo da colonialidade por Glissant (2011) é superada pelo tremor, pelas Relações que mobilizam outras paisagens. E essas Relações produzem metamorfoses, e, nestas mudanças, acontece a inventividade, a criação: poiésis. Neste sentido, pode-se afirmar que a filosofia africana relacionada com a poética da relação tem a filopoética (NORVAT, 2015) como um dos tremores para criticar e superar o imaginário que sustenta a imaginação do imaginário redutor, o terror e o horror da aniquilação do diverso. O tremor da filopoética busca superar o horror e o tremor do aniquilamento da vida criando “arquipélagos de libertação.” (SANTOS, 2019).

### Conclusão

Portanto, a partir da primeira pergunta, que inicia o texto, chega-se em uma outra questão, para concretizar o desejo de fecundar e ampliar o imaginário da filosofia da educação brasileira, se faz necessário enfrentar o debate acerca das identidades. Como potencializar um imaginário diverso, tendo em vista que o espaço e o poder são legitimados por um imaginário racista acerca das identidades? Seremos capazes de mudar a imaginação da educação brasileira negando a discussão em torno das identidades?

Um das alternativas para discutir identidades é por meio da floresta de signos da opacidade. Édouard Glissant (2009) defende que consentir no direito à diferença não é o bastante, é necessário o direito à opacidade. Uma vez que estas possibilitam a coexistência dessas diferenças.

A opacidade, como entendida, defende a perspectiva da singularidade não redutível. A diferença ainda é um entendimento do outro compreendido desde o sistema do eu. A diferença pode recair na lógica da transparência, no sentido que ainda prevalece o verbo compreender.

O direito à opacidade de todas as culturas, como reivindica Glissant (2009), é contra o imaginário simplista e homogeneizante da cultura hegemônica de dominação dos corpos e desejos. A não barbárie é possível a partir do consentimento geral das opacidades particulares. Glissant (2009), no capítulo “Pela Opacidade”, presente no livro *Poética da Relação*, afirma que esta busca instaurar a relação em liberdades.

Sendo assim, a opacidade opera a partir de uma singularidade que é irreduzível, podendo ser considerada como uma política cultural de resistência, pois ela cria formas no vazio do espaço.

Contrariamente à opacidade, o epistemicídio e o semiocídio cultural, como debatido anteriormente, tem na transparência sua compreensão, isto é, aquilo que não reflete a identidade do mesmo é aniquilado. A cilada epistemológica e política, em apagar o debate em torno das identidades, tem o perigo de recair no relativismo exacerbado ou no totalitarismo arbitrário. Pois, se temos a compreensão que o território brasileiro tem sua produção de sentidos forjadas pelo racismo, então, aquelas identidades a qual foram multiladas em suas imagens e nas suas florestas de possibilidades, não podem superar tal violência sem debatê-las, mas produzir identidades na perspectiva estética a partir de outras paisagens, para produzir justiça.

Sendo assim, o diverso defendido neste texto é o da refundação ontológica. Glissant (2009) pergunta, no livro *Poética da relação*: “O que é isto, Uma filosofia?”, com esta pergunta,

o que é isto Uma filosofia, e não o que é isto A filosofia, não seria um deus a refundar a ontologia, mas os deuses, o diverso, como fundador do ser. Portanto, o diverso é a representação do fruto e do sol compartilhado.

A imagem projetada anteriormente do diverso é o que falta no mundo. O que falta ao mundo é a urgência de reaprender a viver e a reagir aos desafios a ele impostos. Neste aspecto, adentra a questão de muita força e potência da filopoética: a utopia. A utopia, como disse Édouard Glissant (2014) é o que falta no mundo. Ele afirma no livro *Pensamento do Tremor*, em diálogo com Gilles Deleuze, ao dizer que a função da literatura e da arte, é “inventar um povo que falta” (GLISSANT, 2014, p. 26). Para Glissant (2014) a Utopia é o lugar exato desse povo, é o que falta.

Por fim, no momento em que vivemos, em que o projeto em curso tem a finalidade de desmobilizar toda a institucionalidade e reforçar a poética do genocídio. Essa pergunta nos enfrenta: “E agora, é possível- no dia de hoje- faltar ao mundo?” (GLISSANT, 2014, p.26).

*Obras consultadas*

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Opinião técnica nº CNE/CP 003/2004 Colegiado: CP. Aprovado em: 03 out. 2004.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GLISSANT, É. Poética da Relação. Portugal: Porto Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. Philosophie de la Relation: poésie en étendue. Paris: Éditions Gallimard, 2009.

\_\_\_\_\_. O pensamento do tremor. *La cohée du lamentin*. Juiz de Fora: Gallimard/Editora UFJF, 2014.

LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NGOENHA, S. E. Os Tempos da Filosofia. Filosofia e Democracia Moçambicana. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NORVAT, M. Le Chant du Divers. Introduction à la philopoétique d'Édouard Glissant. Paris: L'Harmattan, 2015.

OLIVEIRA, E. D. Filosofia da Ancestralidade: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira. Curitiba: Editora gráfica Popular, 2007.

RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Rio de Janeiro: Estudos Filosóficos- Revista de Filosofia, 2011.

RICOEUR, P. *A memória, a história o esquecimento*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_ e CASTORIADIS, C. *Diálogos sobre a história e o imaginário social*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2016.

SANTOS, G. *A invenção do “ser negro”: um pensamento das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, L. C. F. dos. *O poder de matar e a recusa em morrer: filopoética afrodiáspórica como arquipélago de libertação / Luís Carlos Ferreira dos Santos*. - 2019. 236 f. : il. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

\_\_\_\_\_. (2014) *Justiça como Ancestralidade: em torno de uma filosofia da educação no Brasil*. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEVERINO, A. J. *A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação*. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

SODRÉ, M. *A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1988.

\_\_\_\_\_. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

TORRES, N.M. *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade*. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). *Epistemologia do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.

UNGER, N. M. *O encantamento do humano. Ecologia e Espiritualidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.